

<http://dx.doi.org/10.18222/eae.v31i77.6491>

REDES SOCIAIS NO ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: OPORTUNIDADES E LIMITAÇÕES

 DELIANE GOMES BOTELHO^I

 MARCELO PONCIANO DA SILVA^{II}

 ERNANI VIRIATO DE MELO^{III}

^I Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Uberaba-MG, Brasil; deliane@iftm.edu.br

^{II} Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Uberaba-MG, Brasil; ponciano@iftm.edu.br

^{III} Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Uberaba-MG, Brasil; ernanimelo@iftm.edu.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma pesquisa sobre a viabilidade do uso de dados públicos da rede social Facebook para identificar a trajetória acadêmica e profissional de egressos do ensino médio integrado. Para efeito de comparação do alcance do método na coleta de dados, utilizou-se, também, a aplicação de questionário. O estudo foi realizado com 244 egressos de um instituto federal, dentre os quais 195 foram localizados na rede social e apenas 21 responderam ao questionário. Os resultados demonstraram que o Facebook é uma ferramenta muito interessante para o acompanhamento de egressos: 61% disponibilizaram informações sobre o itinerário formativo e 20% sobre atuação profissional. Entretanto, o uso de questionário ainda se faz necessário para obter a opinião dos egressos.

PALAVRAS-CHAVE PERFIL DO EGRESSO • EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA • ACOMPANHAMENTO PROFISSIONAL.

REDES SOCIALES EN EL ACOMPAÑAMIENTO DE EGRESADOS DE LA ENSEÑANZA SECUNDARIA INTEGRADA: OPORTUNIDADES Y LIMITACIONES

RESUMEN

Este artículo presenta una investigación que tuvo el objetivo de analizar la viabilidad del uso de datos públicos de la red social Facebook para identificar la trayectoria universitaria y profesional de egresados de la enseñanza secundaria integrada. Se utilizó, también, la aplicación de un cuestionario para comparación del alcance de los dos métodos de recolección de datos. El estudio fue realizado con 244 egresados de un instituto federal. De esos, 195 fueron localizados en la red social y solo 21 respondieron al cuestionario. Los resultados demostraron que el Facebook es muy interesante para el acompañamiento de egresados, 61% de ellos dieron informaciones sobre el itinerario de estudios y 20% sobre actuación profesional. Aun considerando esto, el uso de cuestionario todavía se hace necesario para obtener la opinión de los egresados.

PALABRAS CLAVE PERFIL DEL EGRESADO • ENSEÑANZA PROFESIONAL INTEGRADA • ACOMPAÑAMIENTO PROFESIONAL.

SOCIAL NETWORKS IN THE MONITORING OF INTEGRATED HIGH SCHOOL GRADUATES: OPPORTUNITIES AND LIMITATIONS

ABSTRACT

This article presents a study that aimed to assess the possibility of using public data from the social network Facebook to identify the academic and professional paths of graduates of an integrated high school. A questionnaire was also used to compare the scope of two data collection methods. The study was carried out with 244 graduates from a federal institute. Of these, 195 were found on the social network and only 21 responded to the questionnaire. The results showed that Facebook is very interesting for monitoring graduates, 61% of whom provided information on their education itinerary and 20% on professional performance. However, the use of a questionnaire is still necessary to obtain the graduates' opinion.

KEYWORDS GRADUATE PROFILE • INTEGRATED PROFESSIONAL EDUCATION • PROFESSIONAL MONITORING.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por finalidade levantar as oportunidades e limitações do uso de redes sociais para o acompanhamento de egressos de cursos de ensino médio integrado ao técnico (EMI) da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Para tanto, um estudo de caso foi realizado com turmas de um instituto federal (IF) localizado no estado de Minas Gerais, em que se buscou localizar os perfis dos egressos na rede social Facebook, bem como levantar possíveis informações sobre suas trajetórias disponíveis publicamente nessa rede. Para efeito de comparação entre as duas ferramentas de coleta de dados, realizou-se, também, uma pesquisa por meio de questionário eletrônico, com as mesmas turmas buscadas na rede social.

Para as instituições de ensino, faz-se muito importante saber de que forma elas contribuíram para a trajetória acadêmica e profissional dos egressos, gerando discussões sobre a formação oferecida e o mercado de trabalho. Dessa forma, o egresso, considerado neste estudo como aquele que concluiu o curso e obteve o certificado de conclusão, poderá contribuir para possíveis revisões no tripé ensino, pesquisa e extensão das instituições da RFEPCT e, conseqüentemente, gerar melhorias para os próximos estudantes que serão formados pela instituição.

O acompanhamento de egressos no âmbito do ensino superior está previsto na Lei n. 10.861 de 2004 (BRASIL, 2004b), que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) como um dos fatores que compõem a política de atendimento aos estudantes (MACHADO, 2010). Vários trabalhos descritos na literatura que sugerem estratégias para o acompanhamento de egressos no ensino superior utilizam *e-mail* ou telefone para contato e questionários ou formulários disponíveis na internet para preenchimento. Essa tarefa não é fácil, pois as informações de contato podem ter sido alteradas e também porque o ex-aluno deve estar disposto a responder o questionário e/ou formulário. Na pesquisa realizada por Souto (2016), 78% dos ex-alunos responderam ao questionário. Mas esse percentual de resposta não é facilmente atingido, como se percebe nos trabalhos descritos por Gambardella, Ferreira e Frutuoso (2000), Rêgo e Andrade (2010) e Bianchi (2016), nos quais apenas 42, 36, 44 e 21% dos ex-alunos responderam aos questionários, respectivamente. Essa dificuldade é evidenciada por Marconi e Lakatos (2010), ao afirmarem que pesquisas realizadas por meio de questionário têm uma média de retorno de apenas 25%.

Já o acompanhamento de egressos no âmbito do EMI não está previsto em normativas de âmbito nacional, como é o caso do ensino superior, mas nem por isso deve ser deixado de lado, tendo em vista a grande contribuição que pode gerar para as instituições que o oferece. Alguns trabalhos relacionados ao tema “egressos” sugeriram políticas institucionais de acompanhamento desses, como os apresentados

por Dias (2016) e Machado (2010), e outros realizaram pesquisas para traçar perfis de egressos de alguns cursos integrados, como os desenvolvidos por Carmona (2012), Albuquerque *et al.* (2016) e Ferreira, Raitz e Vanzuita (2016). Esses estudos deixam claras a necessidade e a importância de conhecer o itinerário formativo e profissional, assim como a opinião dos egressos em relação ao ensino recebido.

Este artigo, que apresenta parte dos achados da pesquisa realizada, está organizado em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira traz uma breve contextualização do EMI; a segunda retrata a importância do acompanhamento de egressos como indicador de qualidade; a terceira destaca os procedimentos metodológicos empregados; e a quarta apresenta, discute e analisa os resultados encontrados.

EMI

Integrar, no campo educacional, assume o sentido de completude, de compreensão das partes de um todo, de tratar a educação como totalidade social. Em se tratando de EMI, integrar significa pensar a educação geral como parte indissociável da educação profissional, considerando-se todas as áreas em que há a preparação para o trabalho, tanto em processos produtivos quanto em processos educativos, nos níveis inicial, técnico, tecnológico ou superior, enfocando o trabalho como princípio educativo (CIAVATTA, 2005).

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o entendimento de formação integrada visa a superar a dualidade histórica do ser humano, superar a divisão colocada entre formação para o pensar e formação para executar. Assim, a formação integrada visa a dar ao cidadão, seja ele jovem ou adulto, uma formação completa que o possibilite fazer a correta leitura de mundo e compreender as diferenciadas relações sociais nas quais está inserido.

É necessário o entendimento de que a preparação para o trabalho não é unicamente a preparação para o emprego; mais que isso, é enxergar o trabalho como princípio educativo, nos sentidos histórico e ontológico, com vistas a uma formação integral. No sentido histórico, o trabalho faz referência ao trabalho assalariado, visto como prática produtiva, baseado em conhecimentos existentes e que produzem novos conhecimentos. E no sentido ontológico, o trabalho faz referência à forma utilizada pelo homem para produzir sua subsistência na relação com a natureza e com outros homens, e assim produzir conhecimento (PACHECO, 2012).

Ao longo da história da educação brasileira, verifica-se que houve muitos embates até se chegar ao modelo de integração utilizado nos dias atuais, em que há a união da educação profissionalizante e da educação geral de nível médio, com objetivo de ir além do que cada uma pode oferecer.

A necessidade de profissionalização dos trabalhadores se tornou latente a partir do aumento da industrialização ocorrida nas décadas de 1930 e 1940, pois, com a migração da atividade produtiva do país do campo para a cidade e com o surgimento de trabalhos que exigiam formação específica, surgiu também a demanda por mão de obra qualificada. Diante dessa demanda, o próprio Estado identificou a necessidade de intervir e criar condições para que ocorresse a formação dessa mão de obra e instituiu o ensino profissionalizante (NASCIMENTO, 2007), que se configura como o ponto inicial para o desenvolvimento do EMI.

A implementação do ensino profissionalizante visou a suprir essa necessidade de qualificação, porém colaborou para a separação entre o ensino geral, destinado para as elites, que oportunizava ao concluinte continuar seus estudos em nível superior, e o ensino profissionalizante, que tinha como função capacitar os trabalhadores para atender à demanda do mercado de trabalho e não possibilitava a continuidade dos estudos em nível superior. Essa diferença entre o ensino destinado à burguesia e o ensino destinado ao proletariado ficou conhecida como dualidade educacional, expressão, no plano da educação, da dualidade social (RAMOS, 2017). Cunha (2000) vê essa dualidade como consequência do modelo de educação importado da Europa, no qual havia uma separação entre aquela destinada ao povo, a educação para o trabalho, e aquela destinada à elite, para a cultura.

A partir de então, foram realizados estudos e criadas leis que tentaram superar essa dualidade, como a Lei n. 1.076 de 1950 (BRASIL, 1950), a qual passou a permitir que concluintes de cursos profissionais continuassem os estudos no nível superior, desde que fossem aprovados em exames das disciplinas não cursadas; a Lei n. 4.024 de 1961 (BRASIL, 1961), que garantiu a plena equivalência entre todos os cursos do mesmo nível desobrigando os concluintes de cursos profissionalizantes de nível médio a fazerem exames para ingressar no ensino superior; a Lei n. 5.692 de 1971 (BRASIL, 1971), que tornou obrigatória a integração entre ensino médio e ensino profissionalizante por meio do oferecimento de um núcleo comum de ensino e da habilitação profissional; a Lei n. 7.044 de 1982 (BRASIL, 1982), que voltou atrás e tornou facultativa a profissionalização do ensino de segundo grau; e, por fim, a Lei n. 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996), atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 2000).

A Lei n. 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996) estabelece, em seu art. 39, que “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” e, em seu art. 40, dispõe que “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (BRASIL, 1996).

Anteriormente regulamentada pelo Decreto n. 2.208 de 1997 (BRASIL, 1997), o qual previa a separação dos ensinos médio e profissionalizante, a educação profissional passou a ser regulamentada pelo Decreto n. 5.154 de 2004 (BRASIL, 2004a), que revogou todo o texto do decreto anterior e, além disso, dispôs, em seu art. 4º, que “a educação profissional técnica de nível médio [...] será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio” e, no parágrafo 1º desse mesmo artigo, estabeleceu que a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pode ser empreendida por três modalidades diferentes: integral, em que há uma única matrícula para os ensinos médio e técnico; concomitante, em que há duas matrículas diferentes, uma para o ensino médio e uma para o técnico; ou subsequente, na qual o estudante já concluiu o ensino médio anteriormente. O propósito da LDB e do Decreto n. 5.154 de 2004 (BRASIL, 2004a) é consolidar uma base unitária do ensino médio que comporte a diversidade da realidade brasileira, visando a uma possível superação do dualismo na educação (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Ainda na sequência cronológica, em 2008, por meio da publicação da Lei n. 11.892 (BRASIL, 2008), foi instituída a RFEPC e foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir da transformação de instituições federais, como Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), escolas técnicas e agrotécnicas. A lei estabelece que no mínimo 50% das vagas oferecidas pelos IFs sejam destinadas à educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados (BRASIL, 2008), o que demonstra a importância do EMI para a RFEPC.

Para Pacheco (2011), os IFs têm suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica não encontrado em outros países. Eles têm como proposta agregar a preparação para o trabalho, compreendendo seus sentidos histórico e ontológico, à formação acadêmica, colocando ênfase na compreensão do mundo do trabalho e não somente na formação para a realização das atividades laborais. Buscam trabalhar articulando educação, trabalho, ciência e cultura, na intenção de promover a emancipação humana.

ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS COMO INDICADOR DE QUALIDADE

Oferecer um ensino de qualidade que atenda às expectativas dos alunos e do mercado de trabalho é o objetivo de qualquer instituição que ofereça cursos de ensino profissionalizante ou de nível superior. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) estabelece que a educação é um direito de todos, que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A Constituição destaca que o ensino deve

ser ministrado de acordo com alguns princípios, dentre esses a garantia do padrão de qualidade. A LDB aponta, em seu art. 4º, inciso IX, como dever do Estado, a garantia de “padrões mínimos de qualidade de ensino definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” e, em seu art. 70, considera as despesas com levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas, visando ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino como gastos de manutenção e desenvolvimento (BRASIL, 1996). Pode-se verificar que a preocupação com a qualidade está presente e regulamentada em nível nacional, assim como a preocupação com a mensuração dessa qualidade, item indispensável para aferir o desempenho.

Mas o que é qualidade? Como se pode definir que a instituição atingiu ou não a qualidade almejada? Em definição encontrada no dicionário, qualidade pode ser definida como “grau de perfeição, de precisão ou de conformidade a certo padrão” (MICHAELIS, 2018). A partir desse significado, pode-se inferir que para ser possível medir a qualidade é necessário ter um padrão a ser observado, um parâmetro por meio do qual se torna possível quantificar os resultados de acordo com o esperado. Esse parâmetro pode ser nomeado como indicador de qualidade.

Em nível nacional, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007, é o indicador existente para a avaliação da qualidade do ensino básico que compreende os níveis de ensino fundamental e médio. Por meio dele, uma instituição pode verificar o índice de qualidade de seu ensino numa escala de 0 a 10, sendo consideradas ideais as notas a partir de 6, e também comparar o seu desempenho com as demais instituições nacionais. O Ideb é composto pelo conceito fluxo escolar, que mensura as aprovações e retenções de alunos, e pela média de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). As avaliações que compõem o índice são o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para as unidades da federação e para os estados, e a Prova Brasil, para os municípios. Esse índice é uma ferramenta importante para o acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2018).

É possível depreender que, para a instituição ter um bom desempenho no Ideb, é necessário que os alunos aprendam, para tirar boas notas nos exames nacionais, e também que sejam aprovados no ano regular. Nardi e Schneider (2012) afirmam que o Ideb causa um efeito positivo sobre a qualidade da educação básica por traduzir em números o desempenho das unidades escolares do município, do estado e do país.

Apesar da reconhecida importância do Ideb, ele não oferece uma avaliação mais detalhada das instituições, por abranger apenas critérios específicos de aprovação/reprovação do aluno na instituição de ensino e nota nos exames nacionais. Por

isso, é evidenciada a necessidade de uma avaliação mais criteriosa das instituições que possibilite a verificação de pontos a serem melhorados, os quais podem influenciar, posteriormente, a qualidade das avaliações nacionais.

Os IFs, por sua vez, contam também com indicadores de desempenho institucionais voltados para gestão: relação de candidato por vaga, relação de ingressos por matrícula, relação de concluintes por matrícula, eficiência acadêmica de concluintes, retenção do fluxo escolar, relação de alunos por docente em tempo integral, índice de titulação do corpo docente, gasto corrente por aluno, gasto com pessoal, gasto com outros custeios, gasto com investimentos e classificação dos matriculados de acordo com a renda familiar (BRASIL, 2017). Esses índices são fundamentais para o funcionamento das instituições, mas não abordam informações dos alunos após sua saída da instituição e nem fazem referência à qualidade do curso ofertado.

Lima e Andriola (2018) afirmam que é necessário realizar o monitoramento da qualidade dos serviços oferecidos por uma instituição, tanto gerenciais quanto acadêmicos, para que seja promovido o realinhamento entre o que foi obtido como resultado e o que foi planejado. Nesse sentido, Espartel (2009) coloca a consulta aos egressos como importante fonte para aferição da qualidade dos cursos da instituição. Segundo a autora, os egressos conseguem avaliar mais consistentemente o curso após seu encerramento por terem uma visão do todo e por serem capazes de mensurar a contribuição do curso para sua atuação profissional.

O levantamento feito com egressos é capaz de fornecer informações sobre o perfil socioeconômico e a efetividade profissional, os quais demonstram o quanto o curso impactou na carreira do ex-aluno, avaliar o curso e demonstrar a relação do ex-aluno com a instituição, o que mostra o quão satisfeito o egresso ficou e se voltaria a se capacitar na mesma instituição, sendo possível mensurar inclusive qual tipo de qualificação ele buscaria na instituição (LIMA; ANDRIOLA, 2018).

Para Machado (2010), dentre as informações que se pode conhecer a partir de um efetivo acompanhamento de egressos está a possibilidade de acompanhar e avaliar aspectos relacionados à inserção no mercado de trabalho e, assim, obter indicadores de adequação dos currículos dos cursos, além de ser um mecanismo muito útil para se criar uma forma de comunicação mais próxima entre a instituição e o egresso, favorecendo a troca de informações profissionais e acadêmicas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi realizada em duas etapas, em março de 2020. Na primeira, foi feito o levantamento de informações acerca do itinerário formativo e atuação profissional do egresso, com a utilização de dados disponibilizados na rede social

Facebook na forma pública (visível para qualquer usuário da rede social); na segunda, foi feito o levantamento de informações via questionário estruturado enviado aos ex-alunos por *e-mail*. Após a compilação dos dados, foi feita a análise qualiquantitativa das informações obtidas.

Foi verificado, a partir das pesquisas consultadas sobre o tema acompanhamento de egressos, que as principais dificuldades encontradas são conseguir contato com os egressos, devido a mudanças de endereço, *e-mail* e/ou telefone, bem como sua disponibilidade em participar das pesquisas. Diante disso, objetivou-se realizar uma pesquisa utilizando redes sociais, sendo o Facebook a rede escolhida para este estudo.

O Facebook, fundado por Mark Zuckerberg em 2004, é uma rede social virtual de origem americana. Foi lançado no Brasil em 2007 e alcançou 102 milhões de brasileiros conectados mensalmente em 2016. A rede social tem como missão “tornar o mundo mais aberto e conectado” (FACEBOOK, 2016). Os dados, fotos e comentários disponibilizados na plataforma podem ter o acesso controlado pelo usuário proprietário de cada perfil. Para cada publicação, o usuário pode escolher deixar a informação “pública”, em que qualquer usuário pode visualizá-la ao acessar a rede social, “somente para amigos”, em que somente os usuários que forem aceitos como “amigos” na rede social têm permissão para visualizar o conteúdo, ou marcar a opção “somente eu”, em que somente o usuário que publica a informação consegue visualizá-la (FACEBOOK, 2018).

Por meio dos dados públicos da rede social Facebook é possível identificar se o egresso está trabalhando e, em caso positivo, se está trabalhando na área de formação ou em área diversa, de forma a mensurar o impacto do curso na empregabilidade. Além disso, podem ser obtidos dados relativos à continuidade da formação, evidenciando, por exemplo, se o egresso está cursando graduação, pós-graduação ou outro curso e se a formação é em área afim ou em área diferente da área do curso técnico já concluído.

Para o presente estudo de caso foi realizado um levantamento de dados na rede social Facebook em que se buscou o perfil dos egressos de oito turmas de EMI do *campus* de um IF localizado na cidade de Uberaba, estado de Minas Gerais, sendo duas turmas referentes ao EMI em Informática (EMI-TI) que concluíram o curso em 2012 e seis turmas ao EMI em Manutenção e Suporte em Informática (EMI-MSI) concluintes em 2013, 2014 e 2015, somando 244 egressos. A escolha dessas turmas se deu pelo fato de o coautor deste artigo ter ministrado aulas para as oito turmas e ter o contato da rede social de parte dos egressos. De posse das informações, a autora procurou pelos egressos na rede social e, por não ser “amiga” deles, pôde visualizar apenas os dados públicos. Localizando os primeiros, foi possível buscar os demais por meio da busca na lista de amigos de cada egresso já encontrado.

Após a localização dos perfis, foi feito um levantamento de informações referentes à cidade de residência e local de trabalho dos egressos, objetivando verificar se estão atuando na região de Uberaba. Buscou-se, também, informações sobre educação, com o intuito de verificar o número de egressos que decidiram continuar os estudos e para qual área se direcionaram.

Na segunda etapa do estudo, que obteve aprovação do comitê de ética em pesquisa (CEP), foi enviado, aos 244 egressos, um questionário estruturado elaborado por meio da ferramenta Google Formulários para o endereço eletrônico cadastrado na secretaria da instituição. O questionário contou com questões fechadas de múltipla escolha, algumas utilizando a escala Likert – que, segundo Bell (2008, p. 185), é aquela que “solicita aos entrevistados que indiquem a intensidade de concordância ou discordância com determinada afirmação ou série de afirmações” –, e com algumas questões abertas, visando a complementar o entendimento dos assuntos abordados.

A seção I do questionário foi composta por duas questões relacionadas ao curso de EMI, uma questão para identificar o curso que o egresso concluiu e outra para constatar o principal motivo para sua escolha. A seção II, contendo cinco questões, consultou os egressos sobre a continuidade nos estudos e buscou conhecer a percepção deles sobre a influência da formação no EMI para a escolha e o desempenho no curso superior. Em seguida, a seção III, com quatro questões, abordou o percurso profissional dos egressos, questionando se ingressaram no mercado de trabalho, qual atividades exercem, os motivos elencados por aqueles que não iniciaram no mundo do trabalho, bem como a percepção de importância da formação técnica obtida de forma integrada ao ensino médio. O questionário não pedia a identificação dos participantes, visando, além de manter a impessoalidade, a não inibir a contribuição para os questionamentos. Após o envio, aguardou-se 20 dias para a obtenção das respostas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, foi realizada a comparação entre o número de egressos localizados na rede social e o número de egressos que responderam ao questionário. Em seguida, empreendeu-se a análise dos dados levantados pelos dois métodos de coleta, evidenciando o alcance de cada um.

Coleta de dados usando rede social *versus* questionário

Por meio da pesquisa na rede social, foram localizados 195 egressos, o que equivale a 80% do total das oito turmas, sendo 52 do curso EMI-TI e 143 do curso EMI-MSI, agrupados na Tabela 1 por ano de formação. Quanto ao questionário, a primeira constatação foi a dificuldade de contato com os egressos. Dos 244 *e-mails*

enviados, 41 não foram entregues ao destinatário, retornando mensagem de erro. E, apesar de a maioria dos *e-mails* ter chegado ao destinatário indicado no registro do ex-aluno, obtiveram-se, apenas, 21 respostas, o que corresponde a 8,6% do total. Desses 21 egressos, 19 cursaram o EMI-MSI e 2 cursaram o EMI-TI.

TABELA 1 – Número de egressos localizados no Facebook e número de egressos que responderam ao questionário

| TURMA | EGRESSOS POR ANO | EGRESSOS LOCALIZADOS NO FACEBOOK | | EGRESSOS QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO | |
|----------------------|------------------|----------------------------------|------------|--|-------------|
| | | QUANTIDADE | % | QUANTIDADE | % |
| EMI-TI 2012 | 61 | 52 | 85% | 2 | 3% |
| EMI-MSI 2013 | 59 | 47 | 80% | 6 | 10% |
| EMI-MSI 2014 | 62 | 47 | 76% | 4 | 6% |
| EMI-MSI 2015 | 62 | 49 | 79% | 9 | 15% |
| TOTAL GERAL | 244 | 195 | 80% | 21 | 8,6% |
| TOTAL EMI-TI | 61 | 52 | 85% | 2 | 3% |
| TOTAL EMI-MSI | 183 | 143 | 78% | 19 | 10% |

Fonte: Elaboração dos autores.

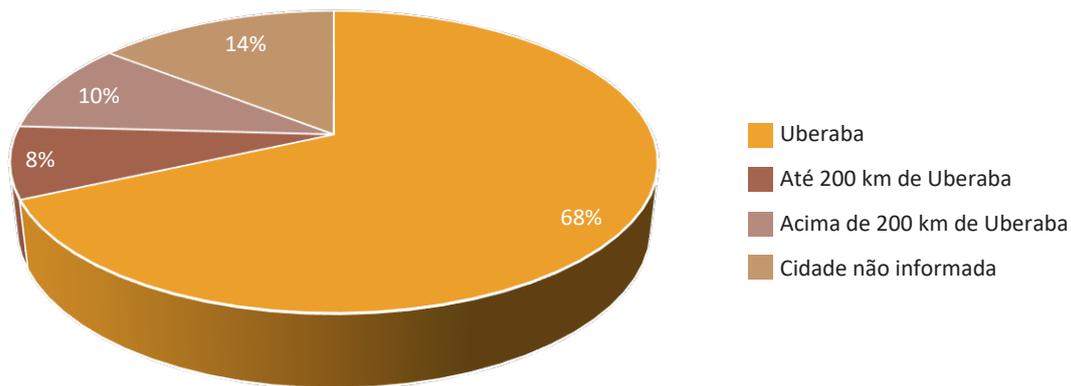
Considerou-se que, para as turmas que fizeram parte do estudo, o número de egressos localizados na rede social Facebook foi bem expressivo, se comparado com o número de respostas ao questionário. Essa diferença na obtenção de informações entre os dois métodos de coleta de dados demonstra que a rede social pode ser um eficiente instrumento para realização de pesquisas com egressos, contribuindo para a localização desses.

Análise dos dados obtidos na rede social

Depois da localização dos egressos no Facebook, iniciou-se a busca pelas informações consideradas relevantes para a pesquisa. Primeiramente, foi consultada a cidade em que os egressos informavam residir, com intuito de verificar se permanecem na cidade de Uberaba ou em regiões próximas.

O levantamento da cidade em que os egressos residem mostra que a maioria (68%) se encontra em Uberaba (Gráfico 1) e que outros 8% moram relativamente próximos, em cidades localizadas a no máximo 200 quilômetros de distância. Além disso, apenas 10% informam ter se mudado para cidades mais distantes e outros 14% dos egressos não informam cidade de residência na rede social.

GRÁFICO 1 – Cidade de residência dos egressos



Fonte: Elaboração dos autores.

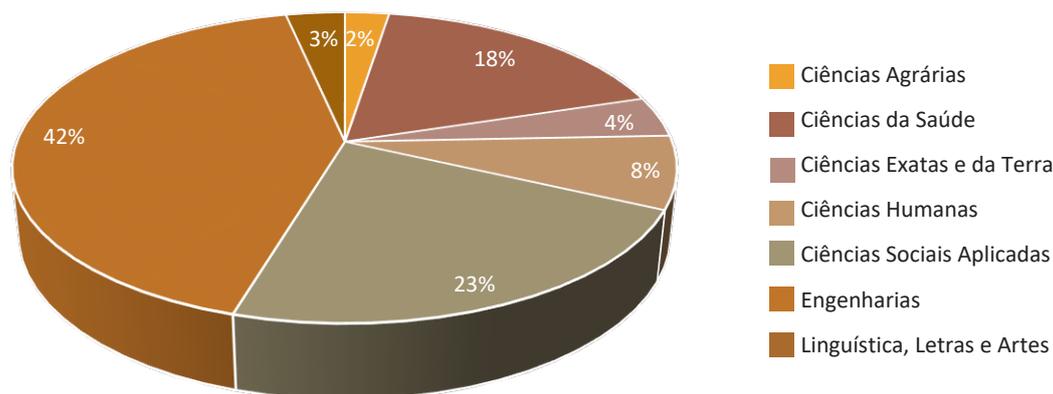
Esse elevado percentual de egressos que permanecem na região evidencia que a instituição pesquisada vem contribuindo para o desenvolvimento acadêmico e profissional regional, atendendo a um dos objetivos previstos na Lei n. 11.892 de 2008 (BRASIL, 2008), qual seja, “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional”.

Dos 195 egressos localizados no Facebook, 148 (76%) informam ter vínculo com uma instituição de nível superior e 119 (61%) mencionam o curso escolhido, o que revela o interesse dos egressos do EMI em continuar buscando qualificação.

Sobre os diferentes percentuais obtidos em relação ao percurso formativo, considera-se uma limitação para o uso da rede social o fato de que nem todos os egressos disponibilizam no modo público todos os dados trabalhados na pesquisa. Contudo, entende-se que os quantitativos encontrados são muito positivos se comparados com o número de egressos da mesma amostra que se disponibilizou a participar do levantamento de dados por questionário.

A divisão dos cursos escolhidos pelos 119 egressos, por área do conhecimento, demonstrada no Gráfico 2, indicou que a área mais procurada foi a das engenharias, sendo a escolha de 43%, quase o dobro da segunda área mais procurada, as ciências sociais aplicadas, que representou 23% das escolhas.

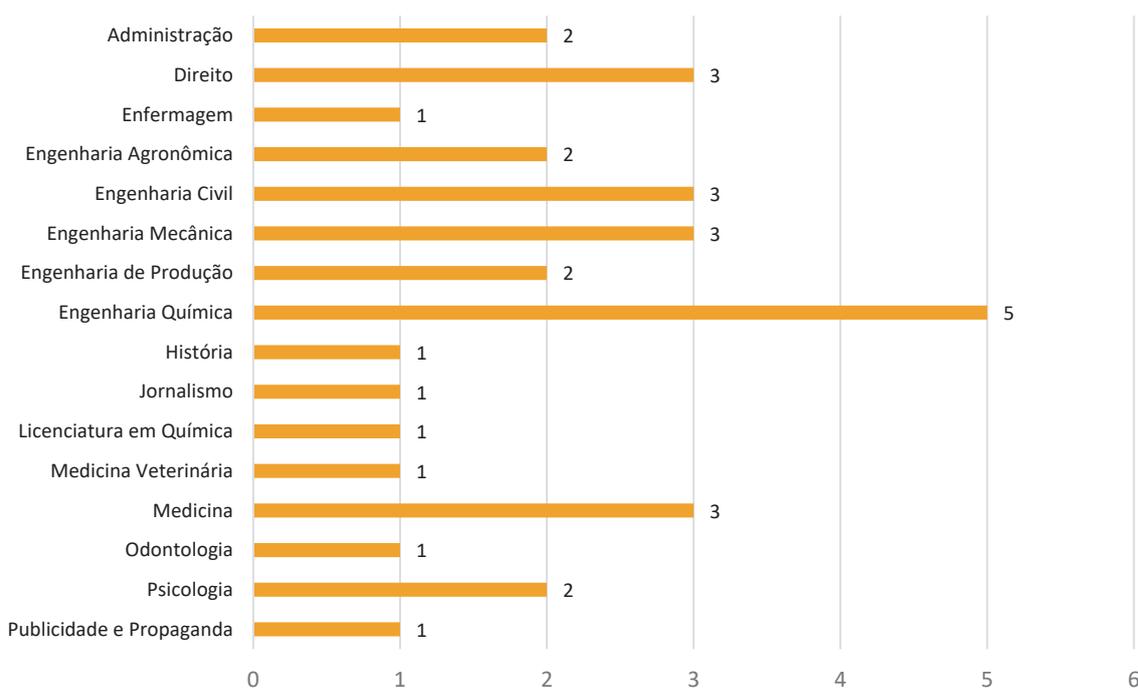
GRÁFICO 2 - Distribuição dos cursos superiores escolhidos pelos egressos do EMI por área do conhecimento



Fonte: Elaboração dos autores.

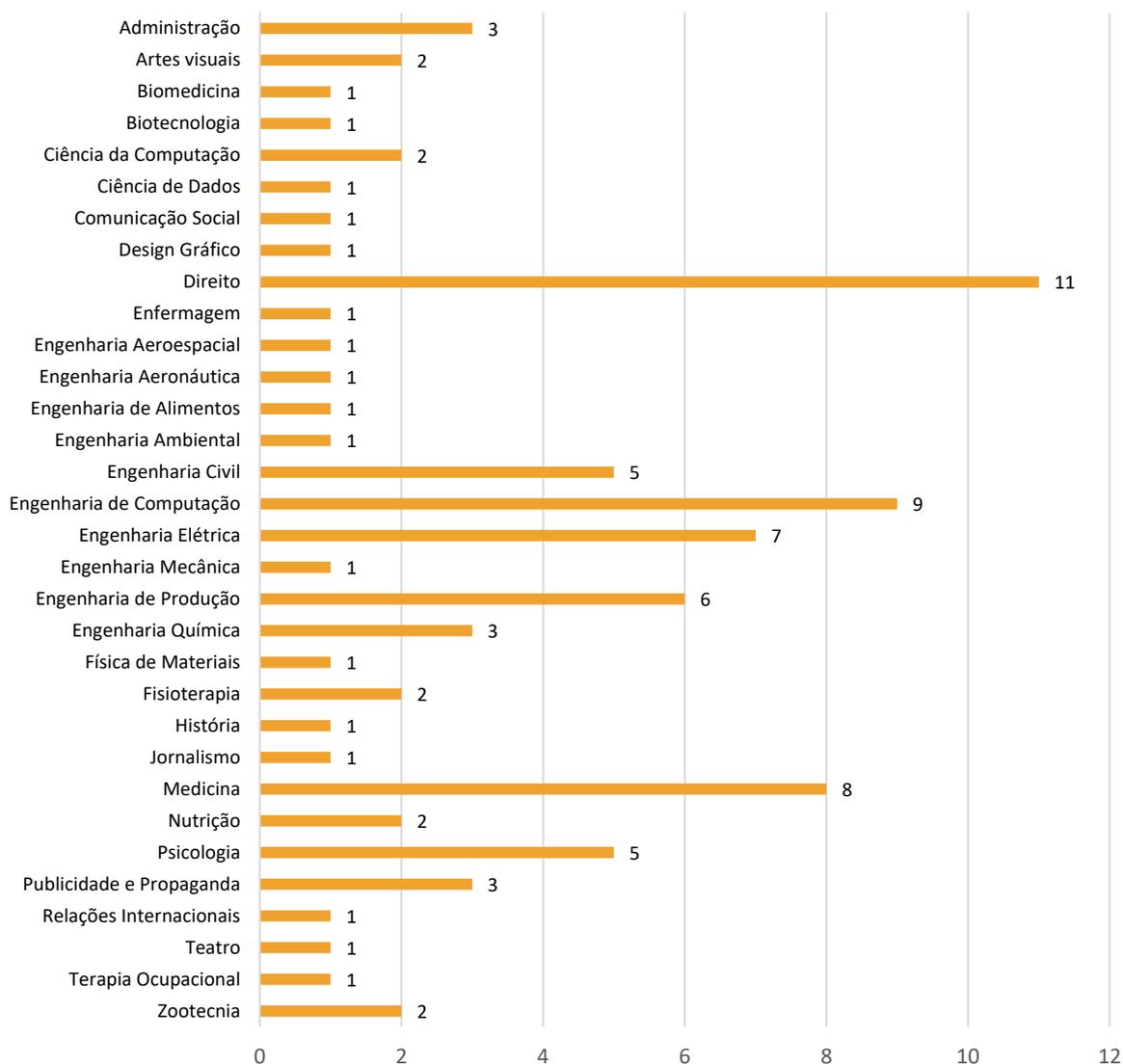
A partir dos cursos superiores informados pelos egressos na rede social Facebook, foram estruturados os gráficos 3 e 4. Verificou-se que o curso mais escolhido pelos egressos do EMI-TI foi engenharia química, sendo a escolha de cinco dos 32 egressos que publicitaram sua escolha acadêmica na rede social (16%). Já entre os 87 egressos do EMI-MSI que divulgam a formação acadêmica, os cursos que se destacaram foram Direito, escolha de 11 egressos (13%), Engenharia de Computação, escolhido por nove (10%), e Medicina, escolhido por oito (9%).

GRÁFICO 3 - Curso superior escolhido pelos egressos do EMI-TI



Fonte: Elaboração dos autores.

GRÁFICO 4 - Curso superior escolhido pelos egressos do EMI-MSI



Fonte: Elaboração dos autores.

A apresentação da escolha dos cursos superiores escolhidos pelos egressos com base no curso de EMI cursado na instituição pesquisada possibilitou a comparação com os cursos de graduação que fazem parte das possibilidades de verticalização estabelecidas para o itinerário formativo do curso técnico no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), elaborado pelo Ministério da Educação; trata-se de um referencial para auxiliar no planejamento dos cursos e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio. Além de trazer informações sobre a formação técnica, tais como carga horária mínima, perfil profissional de conclusão, campo de atuação, normas associadas ao exercício profissional, menciona as possibilidades para verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo (BRASIL, 2016).

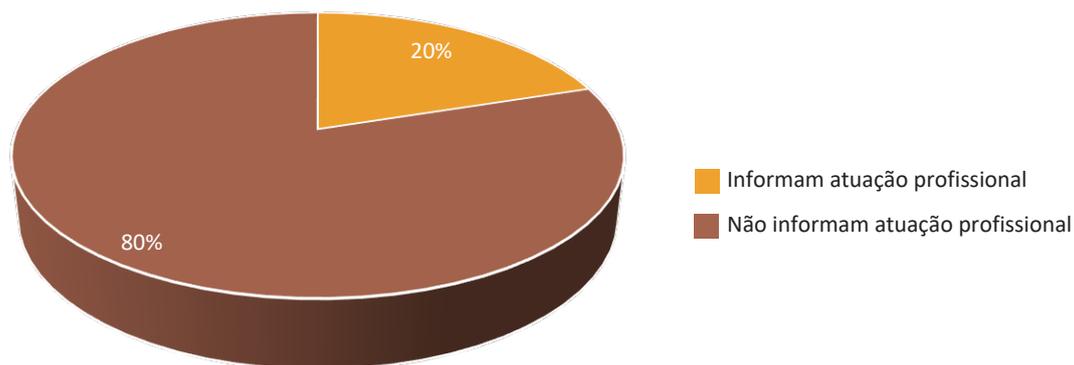
Os cursos superiores previstos no CNCT como pertencentes ao itinerário formativo para os concluintes do curso Técnico em Informática, seja cursado na modalidade integrada ao ensino médio, subsequentemente ou concomitantemente, são os cursos superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão de Tecnologia da Informação, Banco de Dados, Jogos Digitais, Segurança da Informação, Sistemas para Internet, bem como os bacharelados em Ciência da Computação, Sistemas de Informação e Engenharia de *Software* (BRASIL, 2016); nenhum foi escolhido pelos egressos do EMI-TI localizados na rede social, como demonstrado no Gráfico 3.

No mesmo sentido, as graduações pertencentes ao itinerário formativo para os formados no EMI-MSI, independentemente da modalidade, são os cursos superiores de Tecnologia em Eletrônica Industrial, Redes de Computadores e os bacharelados em Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Engenharia Eletrônica e Engenharia Elétrica (BRASIL, 2016). Dentre os egressos do EMI-MSI, 18 fizeram escolhas pertencentes ao itinerário formativo, o que representa 21% do total de egressos do curso localizados na rede social (Gráfico 4).

Analisando a escolha dos egressos, percebeu-se que sete escolheram continuar estudando na própria instituição pesquisada, optando pelo curso de Engenharia da Computação. Segundo a Lei n. 11.892 de 2008 (BRASIL, 2008), uma das finalidades dos IFs consiste em “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão” (BRASIL, 2008). Contudo, acredita-se, nesse caso, que o baixo número de egressos cursando o ensino superior na mesma instituição da formação no EMI pode estar relacionado ao fato de o curso de Engenharia de Computação ter sido implantado há pouco tempo na instituição, tendo sua primeira turma ingressante no primeiro semestre de 2014. Considera-se que poderá haver uma maior preferência por continuar os estudos na instituição à medida que o curso for se consolidando.

Já na esfera de atuação profissional, a partir das informações levantadas pela rede social Facebook, verificou-se que a maioria dos egressos (80%) não informa se está desenvolvendo atividades profissionais, como demonstra o Gráfico 5.

GRÁFICO 5 - Egressos que informam atuação profissional na rede social Facebook



Fonte: Elaboração dos autores.

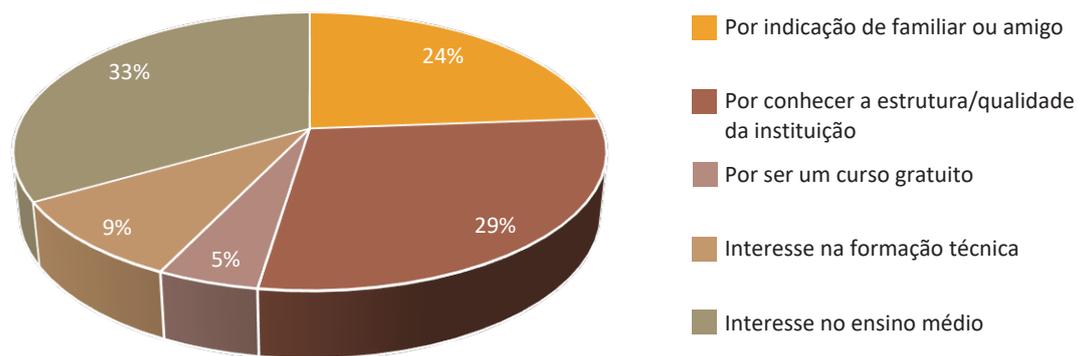
Esse baixo número de egressos que informa na rede social estarem no mercado de trabalho pode ter como justificativa o fato de muitos estarem cursando o nível superior e vários cursos serem ofertados em período integral. Não obstante, acredita-se ainda na possibilidade de que parte dos egressos esteja trabalhando e apenas não compartilhou a informação na rede social.

Análise dos dados obtidos por questionário

A pesquisa por meio do questionário é uma ferramenta importante e consolidada para o uso em pesquisas de opinião, como as destinadas ao público egresso de instituições de ensino. Decidiu-se pelo envio de questionário aos participantes na forma *on-line*, tendo em vista que essa contribui para o maior alcance do método, uma vez que permite o acesso ao conteúdo de qualquer lugar do mundo por meio da conexão com a internet. Foram obtidas 21 respostas de egressos, conforme demonstrado anteriormente na Tabela 1, e seu conteúdo foi analisado a partir dos gráficos seguintes.

Quando questionados sobre o motivo para escolha do EMI, 33% informaram que o escolheram por causa do ensino médio, 29% por conhecer a estrutura/qualidade da instituição e 24% por indicação de familiar ou amigo (Gráfico 6). Esses números podem demonstrar que a instituição pesquisada é bem recomendada dentre o público que a conhece, visto que mais da metade dos egressos decidiu pela instituição por indicação de alguém próximo ou por conhecer sua estrutura/qualidade.

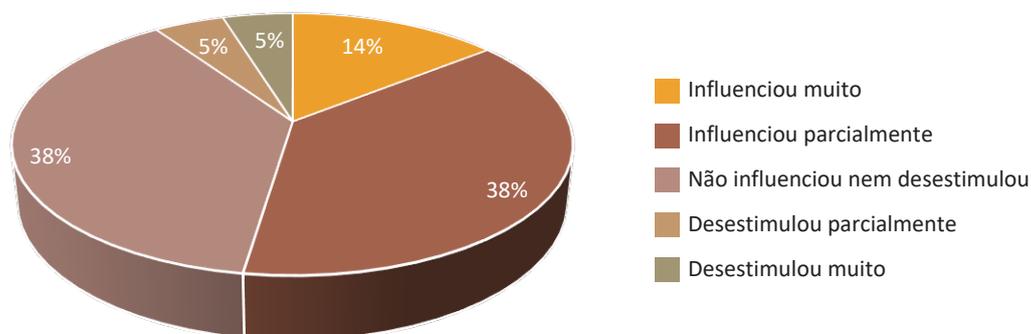
GRÁFICO 6 - Motivo para escolha do EMI



Fonte: Elaboração dos autores.

Nas respostas obtidas por meio do questionário, 100% dos egressos informaram estar realizando um curso de nível superior. Em seguida, foram questionados se o EMI influenciou a escolha desse curso. A maioria informou ter sido influenciada parcialmente (38%) ou não ter percebido influência (38%). O percentual de egressos que informou ter sido muito influenciado pelo curso de EMI na escolha do curso superior foi de 14%, conforme demonstrado no Gráfico 7.

GRÁFICO 7 - Percepção de influência do EMI na escolha do curso superior

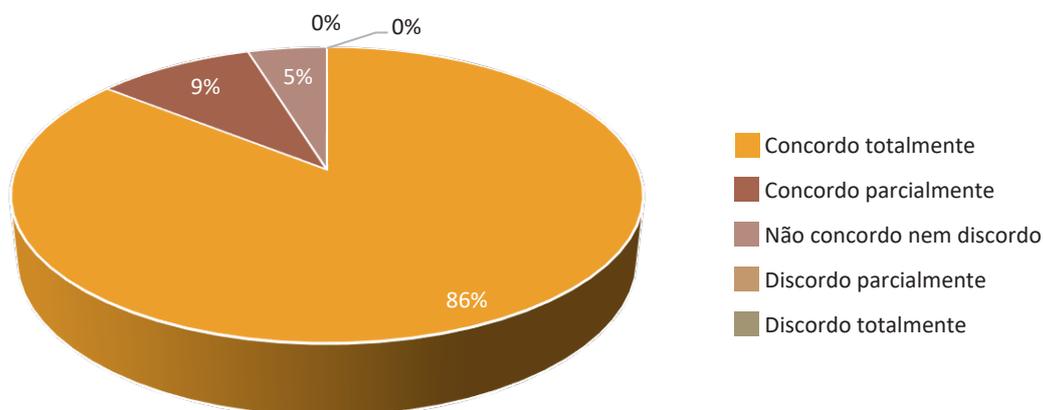


Fonte: Elaboração dos autores.

Comparando as informações sobre a influência do EMI na escolha do curso superior com os cursos escolhidos pelos egressos, disponibilizados anteriormente nos gráficos 3 e 4, percebe-se que as informações convergem, visto que não havendo um alto percentual de influência entre o curso de EMI e a escolha do curso superior, muitos buscaram cursos em áreas diferentes da área de formação técnica.

Ao serem perguntados se consideram que o fato de terem cursado o EMI em vez do ensino médio tradicional proporcionou melhor desempenho nos exames para ingresso no ensino superior, a maioria (86%) concordou totalmente com a afirmação, conforme o Gráfico 8.

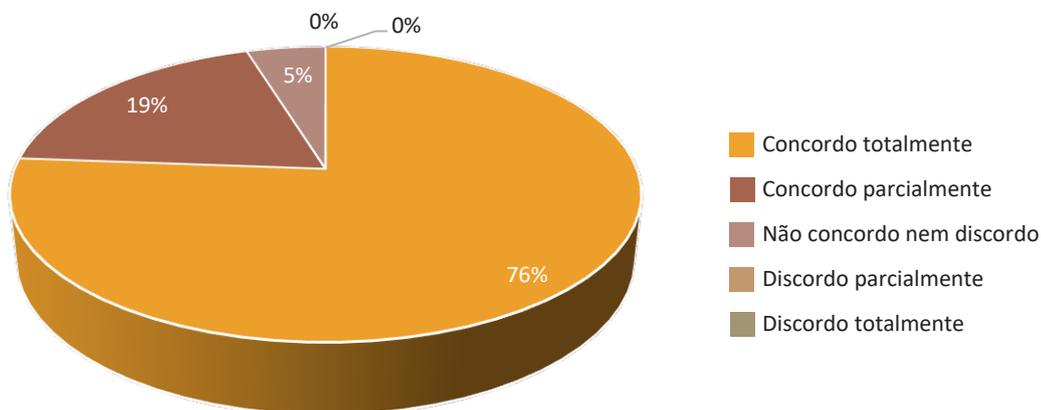
GRÁFICO 8 - Percepção dos egressos quanto à influência do EMI no ingresso no curso superior



Fonte: Elaboração dos autores.

Seguindo na mesma linha, foi perguntado se os egressos consideram que o fato de terem cursado o EMI em vez do ensino médio tradicional proporcionou melhor desempenho nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na graduação. Como resultado, a maioria concordou totalmente com a afirmação (76%), seguida da opção concordo parcialmente (19%), como demonstra o Gráfico 9.

GRÁFICO 9 - Percepção dos egressos quanto à influência do EMI no desempenho das atividades (ensino, pesquisa e extensão) do curso superior

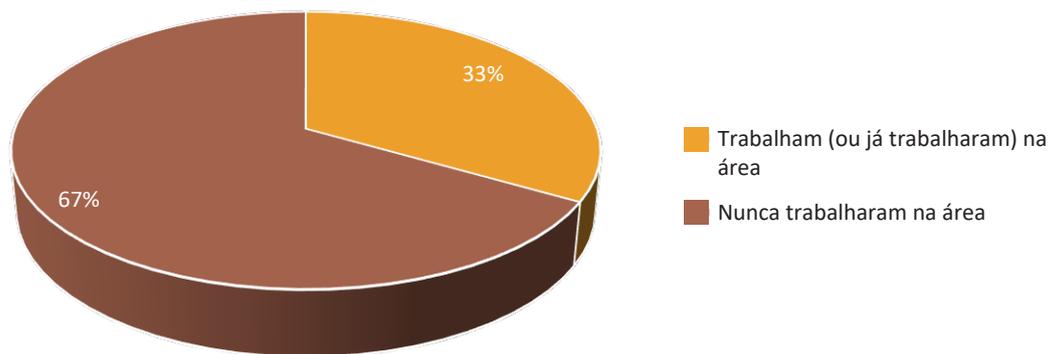


Fonte: Elaboração dos autores.

As respostas reveladas pelos gráficos 8 e 9 apresentam um *feedback* positivo quanto à qualidade do ensino ofertado na instituição pesquisada e mostram a satisfação dos egressos quanto à formação recebida.

Quanto ao percurso profissional dos egressos, 33% informam trabalhar ou já ter trabalhado na área da formação técnica, como demonstra o Gráfico 10. As funções/cargos que os participantes informaram exercer ou já ter exercido foram: técnico em informática, estágio remunerado, professor e instrutor de informática.

GRÁFICO 10 - Egressos e trabalho na área da formação do EMI

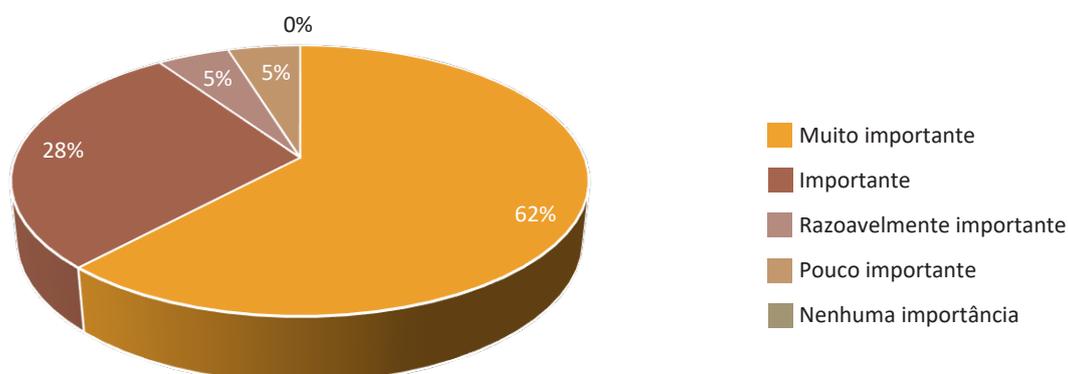


Fonte: Elaboração dos autores.

Para a parcela de egressos que informou nunca ter trabalhado na área da formação técnica, foi perguntado, por meio de questão aberta, por qual motivo não exerceram atividade remunerada na área. Foram obtidas 14 respostas que, em sua maioria, referiam-se ao fato de o egresso ter começado um curso superior, o que impossibilitou a entrada no mercado de trabalho, sendo a resposta de oito participantes. Quatro egressos informaram que não se identificaram com a área da formação técnica e dois destacaram a falta de oportunidades na área.

Quando questionados sobre a importância dos conhecimentos adquiridos na formação técnica para o percurso profissional, a maioria considerou muito importante, chegando a 62% dos respondentes. Outros 28% consideraram a formação importante, como mostra o Gráfico 11. Esse resultado revela que, apesar de a maioria dos egressos não estar atuando na área da formação técnica, consideram-na importante para sua formação profissional.

GRÁFICO 11 - Importância da formação técnica integrada ao ensino médio na percepção dos egressos



Fonte: Elaboração dos autores.

Após a conclusão da exploração das informações coletadas via questionário, considerou-se importante a utilização do método para se conhecer a percepção

dos egressos sobre os temas abordados, demonstrando a utilidade da ferramenta para coleta de dados. Contatou-se que, apesar da facilidade de se localizarem os egressos por meio da rede social, a obtenção da opinião dos participantes se faz necessária, de forma a complementar os resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, foi possível conhecer e analisar as informações dos egressos do EMI por meio da coleta de dados disponíveis no modo público da rede social Facebook e por meio de questionário.

Foi possível apurar que os egressos, em sua maioria, permanecem na cidade de Uberaba ou em cidades próximas, o que demonstra que o investimento nesses alunos está permanecendo na região, na forma de profissionais qualificados atuando no mercado de trabalho, ou que esses iniciarão sua atuação após a conclusão do curso superior, atingindo uma das finalidades dos IFs de colaborar para o desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, 2008).

Verificou-se que a maioria dos egressos deu continuidade aos estudos buscando um curso superior, o que demonstra a efetividade do ensino recebido por possibilitar a esses alunos dar sequência na sua formação. Sendo assim, o resultado deve ser assimilado positivamente, levando-se em consideração a perspectiva da politécnica, que objetiva superar a dicotomia entre educação básica e técnica, recuperando o princípio da formação humana em sua totalidade (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). Corroborava ainda o pensamento de Sales, Heijmans e Silva (2017, p. 898), quando afirmam que

[...] quanto mais elevada a escolarização da população de um país, maior tende a ser o seu desenvolvimento social e a possibilidade de os sujeitos compreenderem e intervirem efetivamente na sociedade.

A partir da percepção dos egressos sobre a formação recebida, constatou-se que a maioria considera que ter feito o EMI em vez do ensino médio tradicional teve influência positiva tanto no ingresso quanto no desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão durante a graduação. Esse resultado está de acordo com o apontamento de Ramos (2018), o qual sustenta que o desempenho de estudantes da Rede Federal na Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tende a ser superior ao de estudantes que cursaram o ensino médio nas redes estaduais, municipais e privada.

Com relação à inserção dos egressos do EMI no mercado de trabalho, constatou-se, tanto por meio da busca na rede social quanto pelo questionário aplicado, que é pequena a parcela de egressos que informaram trabalhar ou já ter trabalhado na

área da formação técnica. No entanto, mesmo não atuando, a maioria considerou a formação técnica importante para seu percurso profissional. Nesse sentido, os autores Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 36) sustentam que a formação profissionalizante não tem um fim em si mesma, nem se orienta somente pelos interesses do mercado, mas se constitui em uma “possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral”.

Concluindo, diante das informações obtidas, verificou-se que as redes sociais têm informações importantes e podem contribuir para o acompanhamento de egressos, destacando-se pelo número de perfis localizados. Com o avanço da tecnologia e com a grande participação de brasileiros em redes sociais, acredita-se ser mais fácil localizar os egressos em redes sociais, em comparação com ligações telefônicas ou *e-mails*, como apontaram os resultados desta pesquisa.

Por isso, sugere-se que as instituições de ensino incluam o contato da rede social do aluno em seus registros antes que ele deixe a instituição, contribuindo para a realização de futuras ações de acompanhamento de egressos, gerando um processo permanente de retroalimentação de informações, com objetivo de verificar o cumprimento de sua missão, podendo agir realizando adequações em seu planejamento, caso necessário.

Contudo, há que se considerar as limitações do método, como constatado ao longo do trabalho. Ocorreu que alguns dos egressos foram localizados na rede social, porém não disponibilizavam as informações sobre formação acadêmica e atuação no mercado de trabalho, comprometendo o número de dados coletados. Outra limitação diz respeito ao conhecimento da opinião dos egressos, que não é possível sem o contato direto.

Em contrapartida, a pesquisa realizada via questionário mostrou-se menos vantajosa do ponto de vista da localização dos egressos, mas apresentou resultados muito relevantes para o conhecimento da percepção desses. Nesse sentido, entende-se que os dois métodos são complementares e que ambos podem ser combinados para se obter o máximo de informações possíveis na realização de pesquisas sobre o acompanhamento de egressos do EMI.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Daniel Medeiros de Noronha; NASCIMENTO, Danilo Alves; MADRUGA, Wagner Luiz; BRITO, Felipe Cardoso; FERRAZ, Maíra Soares. Perfil do aluno concludente do curso de técnico integrado ao médio em agropecuária do IFPI Campus Uruçuí. *Revista Somma*, Teresina, v. 2, n. 2, p. 102-110, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://ojs.ifpi.edu.br/revistas/index.php/somma/article/view/137>. Acesso em: 23 nov. 2018.

BELL, Judith. *Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais*. Tradução: Magda França Lopes. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BIANCHI, Lilian Compagnon. *Perfil do egresso do curso de administração da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande Do Sul – Campus Santa Rosa*. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa, 2016. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/3268>. Acesso em: 24 nov. 2018.

BRASIL. Lei n. 1.076, 31 de março de 1950. Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1950. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1076-31-marco-1950-363480-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Assegura%20aos%20estudantes%20que%20conclu%3%ADremcient%3%ADfico%20e%20d%3%A1%20outras%20provid%3%AAncias.&text=Fa%3%A7o%20saber%20que%20o%20CONGRESSOArt>. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. Lei n. 4.024, 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm#:~:text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%3%A7%3%A3o%20Nacional.&text=a%20a%20compreens%3%A3o%20dos%20direitosgrupos%20que%20comp%3%B5em%20a%20comunidade%3B&text=%3%80%20fam%3%ADlia%20cabe%20escolher%20odeve%20dar%20a%20seus%20filhos. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 1971, revogada pela Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm#:~:text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20paragraus%2C%20e%20d%3%A1%20outras%20provid%3%AAncias.&text=Art.&text=1%2C%BA%20Para%20efeito%20do%20quem%3%A9dio%2C%20o%20de%20segundo%20grau. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. Lei n. 7.044, 18 de outubro de 1982, revogada pela Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Altera dispositivos da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 out. 1982. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 nov. 2018.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 29 out. 2018.

BRASIL. Decreto n. 2.208, 17 de abril de 1997, revogado pelo Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico*. Brasília, DF: Programa de Expansão da Educação Profissional, 2000.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2004a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. Lei n. 10.861, 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 abr. 2004b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADdo%20o%20Sisteman%C2%BA%209.394%2C%20de%2020%20de. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 8 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Catálogo nacional de cursos técnicos*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Relatório anual de análise dos indicadores de gestão das instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77151-relatorio-indicadores-da-rede-federal-2016-pdf/file>. Acesso em: 25 nov. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. *Ideb: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://inep.gov.br/ideb>. Acesso em: 3 nov. 2018.

CARMONA, Raquel. Educação profissional técnica de nível médio em música e perfil do egresso: uma visão atual. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PÓS-GRADUANDOS EM MÚSICA, 2., Subárea de Educação Musical, 2012, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 542-545. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/simpom/article/download/2475/1804>. Acesso em: 22 nov. 2018.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-106.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2000.

DIAS, Márcia Rejane Damasceno. *A política de monitoramento de egresso no Instituto Federal do Ceará: um estudo de caso no Campus de Caucaia*. 2016. 154 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufff.net/a-politica-de-monitoramento-de-egresso-no-instituto-federal-do-ceara-um-estudo-de-caso-no-campus-de-caucaia/>. Acesso em: 24 nov. 2018.

ESPARTEL, Lélis Balestrin. O uso da opinião dos egressos como ferramenta de avaliação de cursos: o caso de uma instituição de ensino superior catarinense. *Revista Alcance – Eletrônica*, Itajaí, SC, v. 16, n. 1, p. 102-114, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/1050>. Acesso em: 15 nov. 2018.

FACEBOOK. *102 milhões de brasileiros compartilham seus momentos no Facebook todos os meses*. 2016. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/business/news/102-milhes-de-brasileiros-compartilham-seus-momentos-no-facebook-todos-os-meses>. Acesso em: 20 nov. 2018.

FACEBOOK. *O que são informações públicas?* 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/help/203805466323736>. Acesso em: 25 nov. 2018.

FERREIRA, Danilo José; RAITZ, Tania Regina; VANZUITA, Alexandre. As trajetórias dos egressos do ensino médio integrado em agropecuária: rumo ao trabalho ou ensino superior? *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 54-75, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/370/351>. Acesso em: 20 nov. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21-56.

GAMBARDELLA, Ana Maria Dianezi; FERREIRA, Cláudia Franchi; FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí. Situação profissional de egressos de um curso de nutrição. *Revista de Nutrição*, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 37-40, jan./abr. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rn/v13n1/7921.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

LIMA, Leonardo Araújo; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Acompanhamento de egressos: subsídios para a avaliação de instituições de ensino superior (IES). *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, SP; Sorocaba, SP, v. 23, n. 1, p. 104-125, mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v23n1/1982-5765-aval-23-01-00104.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

MACHADO, Geraldo Ribas. *Perfil do egresso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. 2010. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/24186>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/qualidade/>. Acesso em: 31 out. 2018.

NARDI, Elton Luiz; SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Qualidade na educação básica: entre significações, políticas e indicadores. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 42, n. 28, p. 227-250, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4059/3326>. Acesso em: 25 out. 2018.

NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. Ensino médio no Brasil: determinações históricas. *Publicatio UEPG Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes*, Ponta Grossa, PR, v. 15, n. 1, p. 77-87, jun. 2007. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/594>. Acesso em: 9 nov. 2018.

PACHECO, Eliezer. *Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Natal: Instituto Federal do Rio Grande do Norte, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.

PACHECO, Eliezer. *Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio: proposta de diretrizes curriculares nacionais*. São Paulo: Moderna, 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, Adilson César; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (org.). *Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios*. Brasília: Instituto Federal de Brasília, 2017. p. 20-43.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio na rede federal e nas redes estaduais: por que os estudantes alcançam resultados diferentes nas avaliações de larga escala? *HOLOS*, Natal, v. 34, n. 2, p. 449-459, jun. 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6976>. Acesso em: 3 maio 2020.

RÊGO, Thaiseany de Freitas; ANDRADE, Erika dos Reis Gusmão. Perfil e campo de atuação profissional dos egressos do curso de ciências contábeis da UFRN. *Revista Ambiente Contábil*, Natal, v. 2, n. 2, p. 1-17, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/1323>. Acesso em: 19 out. 2018.

SALES, Paula Elizabeth Nogueira; HEIJMANS, Rosemary Dore; SILVA, Carlos Eduardo Guerra. Análise multinível da transição estudantil do curso técnico para o ensino superior. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 28, n. 69, p. 896-925, set./dez. 2017. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/4095>. Acesso em: 28 nov. 2018.

SOUTO, Romélia Mara Alves. Egressos da licenciatura em matemática abandonam o magistério: reflexões sobre profissão e condição docente. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 1077-1092, out./dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022016000401077&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2018.

Recebido em: 8 ABRIL 2019

Aprovado para publicação em: 5 AGOSTO 2020



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons do tipo BY-NC.